



MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
PODER LEGISLATIVO

MEMORANDO

042/2022

Do Setor de Contabilidade

Para: Presidente do Poder Legislativo Municipal.

Nesta Câmara

Assunto: Resposta ao pedido de análise contábil do projeto nº58/2022.

Prezado (a):

Venho através deste, em resposta ao pedido de análise contábil, feito pelo Ver. Enrique Civeira referente ao projeto de lei ordinária nº58/2022, quanto à autorização de crédito especial no valor de R\$ 90.827,53 (noventa mil oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e três centavos).

De início, cumpre registrar, para atender com maior brevidade o imenso volume de pedidos de análise contábil por parte desse setor que ora está completamente demandado com as entregas dos demonstrativos contábeis do Presidente do Legislativo do exercício 2021 e com todas as informações cobradas pelo TCE/RS que tempestivamente se encerram em 30/03/2022, foi solicitado o auxílio da empresa de consultoria técnica que presta serviço para o legislativo municipal, IGAM: Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos.

Ressalte-se, ainda, que o labor do setor contábil atende de forma sazonal as demandas exigidas pelo TCE/RS, STN e Receita Federal, tendo concentração em datas estabelecidas, diante disso, para não prejudicar o andamento dos PL para as necessidades do município foi necessário o auxílio do IGAM, que consta com uma grande equipe de contadores para análise de muitos projetos, nesse sentido que fora utilizada, sendo que em nenhum momento teve negativa de análise por esse servidor.

Os pareceres constam anexados com esse memorando.

Uma observação foi constatada por essa contadoria, que não consta no parecer do IGAM, referente às rubricas que constam no orçamento e as que são solicitadas



MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
PODER LEGISLATIVO

para abertura de crédito especial. Foi verificado e não constam os créditos orçamentários na LOA de 2022, podendo ser autorizados às aberturas por crédito especial.

Sendo o que apresentava para o momento, e estando a disposição para dirimir qualquer dúvida, agradeço desde já a compreensão.

Atenciosamente,

Santana do Livramento, 24 de Março de 2022.



Álvaro Couto Monson

Contador

Porto Alegre, 17 de março de 2022.

Orientação Técnica IGAM nº 5.746/2022.

I. O Poder Legislativo Municipal de Santana do Livramento solicita orientação sobre a viabilidade técnica do Projeto de Lei nº 58, de 14 de março de 2022, que autoriza o Poder Executivo a realizar a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 90.827,53 (noventa mil, oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e três centavos), no orçamento vigente.

II. No art. 2º do Projeto de Lei, consta como cobertura para o crédito adicional aberto, o recurso disponível em conta bancária, sendo que não existe esta fonte de recurso no art. 43, § 1º, da Lei nº 4.320, de 1964. De acordo com a legislação, neste caso, trata-se de recursos de superávit financeiro, conforme o art. 43, § 1º, inciso I¹. O superávit financeiro é calculado no encerramento do exercício, considerando o saldo bancário/caixa por fonte de recurso, menos os valores que ficaram em restos a pagar, e é demonstrado no Balanço Patrimonial.

Verificando o Balanço Patrimonial do Município no site do TCE/RS², não existe um superávit financeiro do recurso "4500 – FEDERAL – BLOCO ATENÇÃO BÁSICA", encontrando-se inclusive com saldo negativo, conforme demonstrado abaixo:

PM DE SANTANA DO LIVRAMENTO			ORÇÃO Nº 57508	CNPJ 08624085000150	01/01/2021 a 31/12/2021
Recurso	Descrição	Valor			
4090 FES - PSF / NASF / GLOMERULA		1.673.081,29			
4160 FES - PM - PRIMEIRA INFANCIA MELHOR		327.351,10			
4170 SALVAR - SANULUPAS		217.650,84			
4180 FESBOLVOS - VIDA ANÇA EM SAÚDE		30.186,10			
4200 FES - CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS		374.274,90			
4230 FES - APOIO À REDE HOSPITALAR HOSPITAIS PÚBLICOS MUNICIPAIS HOSPITAIS PLANITIO		459.018,00			
4260 FES AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS CARROS UNIDADES MÓVEIS ETC		45.696,54			
4280 FES AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		7.622,60			
4391 COVID 19 - CORONAVÍRUS		89,00			
4500 FEDERAL - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		430.451,70			
4501 FEDERAL - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEX		6.821.377,21			
4502 FEDERAL - BLOCO CUIDADO À SAÚDE		40.085,84			

No que tange ao art. 3º, sugere-se que seja alterada a sua redação, pois encontra-se em desconformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998³, em função de estar revogando as disposições em contrário, sem indicar qual artigo ou Lei a ser

¹ Art. 43 (...)

§ 1º (...)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

² <http://portal.tce.rs.gov.br/pcdi2/ws/relatorio/visualizar/1005785/173>

³ Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.



revogada. Sugere-se a seguinte redação para o art. 3º do Projeto de Lei para **"Esta lei entra em vigor na data de sua publicação"**. Ressalta-se, este item, **não se trata de opinarmos sobre a inviabilidade do Projeto de Lei**, e sim, uma melhor apresentação da Técnica Legislativa.

III. Nesses termos, *opina-se que seja diligenciado ao Executivo*, para que o mesmo verifique e ajuste a fonte de recurso para a cobertura do crédito adicional e altere a redação do art. 3º do PL, conforme consta no item II desta Orientação Técnica.

O IGAM permanece à disposição.

Tânia Cristine Henn Greiner
Contadora, CRC/RS 53.465
Consultora do IGAM



MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
PODER LEGISLATIVO

MEMORANDO

043/2022

Do Setor de Contabilidade

Para: Presidente do Poder Legislativo Municipal.

Nesta Câmara

Assunto: Resposta ao pedido de análise contábil do projeto nº60/2022.

Prezado (a):

Venho através deste, em resposta ao pedido de análise contábil, feito pelo Ver. Enrique Civeira referente ao projeto de lei ordinária nº60/2022, quanto à autorização de crédito especial no valor de R\$ 313,85 (trezentos e treze reais e oitenta e cinco centavos).

De início, cumpre registrar, para atender com maior brevidade o imenso volume de pedidos de análise contábil por parte desse setor que ora está completamente demandado com as entregas dos demonstrativos contábeis do Presidente do Legislativo do exercício 2021 e com todas as informações cobradas pelo TCE/RS que tempestivamente se encerram em 30/03/2022, foi solicitado o auxílio da empresa de consultoria técnica que presta serviço para o legislativo municipal, IGAM: Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos.

Ressalte-se, ainda, que o labor do setor contábil atende de forma sazonal as demandas exigidas pelo TCE/RS, STN e Receita Federal, tendo concentração em datas estabelecidas, diante disso, para não prejudicar o andamento dos PL para as necessidades do município foi necessário o auxílio do IGAM, que consta com uma grande equipe de contadores para análise de muitos projetos, nesse sentido que fora utilizada, sendo que em nenhum momento teve negativa de análise por esse servidor.

Os pareceres constam anexados com esse memorando.

Uma observação foi constatada por essa contadoria, que não consta no parecer do IGAM, referente às rubricas que constam no orçamento e as que são solicitadas



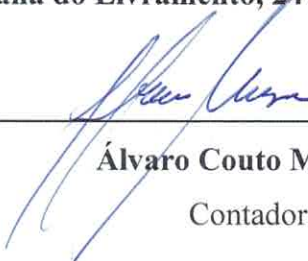
MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
PODER LEGISLATIVO

para abertura de crédito especial. Foi verificado e não constam os créditos orçamentários na LOA de 2022, podendo ser autorizados às aberturas por crédito especial.

Sendo o que apresentava para o momento, e estando a disposição para dirimir qualquer dúvida, agradeço desde já a compreensão.

Atenciosamente,

Santana do Livramento, 24 de Março de 2022.



Álvaro Couto Monson
Contador

Porto Alegre, 18 de março de 2022.

Orientação Técnica IGAM nº 5.748/2022.

I. O Poder Legislativo Municipal de Santana do Livramento solicita orientação sobre a viabilidade técnica do Projeto de Lei nº 60, de 14 de março de 2022, que autoriza o Poder Executivo a realizar a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 313,85 (trezentos e treze reais e oitenta e cinco centavos), no orçamento vigente.

II. No art. 2º do Projeto de Lei, consta como cobertura para o crédito adicional aberto, o recurso disponível em conta bancária, sendo que não existe esta fonte de recurso no art. 43, § 1º, da Lei nº 4.320, de 1964. De acordo com a legislação, neste caso, trata-se de recursos de superávit financeiro, conforme o art. 43, § 1º, inciso I¹. O superávit financeiro é calculado no encerramento do exercício, considerando o saldo bancário/caixa por fonte de recurso, menos os valores que ficaram em restos a pagar, e é demonstrado no Balanço Patrimonial.

Verificando o Balanço Patrimonial do Município no site do TCE/RS², não existe um superávit financeiro do recurso “4500 – FEDERAL – BLOCO ATENÇÃO BÁSICA”, encontrando-se inclusive com saldo negativo, conforme demonstrado abaixo:

PM DE SANTANA DO LIVRAMENTO		ORÇÃO Nº 5700	CHPZ 88124981005190	01/01/2021 a 31/12/2021
Recurso	Descrição	Valor		
4090 PES - PM - NASF - DUALOMEXIA		1.070.051,29		
4180 PES - PM - PROTEÇÃO INFÂNCIA MELHOR		397.361,10		
4170 SALVAR - SANITARIAS		237.566,84		
4190 PES-BLVS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE		30.180,10		
4320 PES - CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS		374.274,90		
4230 PES - APOIO À REDE HOSPITALAR HOSPITAIS PÚBLICOS MUNICIPAIS/ HOSPITAIS FILANTRÓ		-576.016,05		
4260 PES-AQUIÇÃO DE AMBULÂNCIAS CARROS UNIDADES MÓVEIS ETC		45.666,54		
4250 PES- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.622,90		
4297 COVID 19- CORONAVIRUS		80,08		
4500 FEDERAL - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		1.430.443,77		
4851 FEDERAL - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEX		6.621.377,21		
4200 EFETIVAR - PLANO VIGIA VITAL PM PM DE		40.184,64		

No que tange ao art. 3º, sugere-se que seja alterada a sua redação, pois encontra-se em desconformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998³, em função de estar revogando as disposições em contrário, sem indicar qual artigo ou Lei a ser revogada. Sugere-se a seguinte redação para o art. 3º do Projeto de Lei para “Esta lei entra em

¹ Art. 43 (...)

§ 1º (...)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

² <http://portal.tce.rs.gov.br/pcdi2/ws/relatorio/visualizar/1005785/173>

³ Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.



vigor na data de sua publicação". Ressalta-se, este item, não se trata de opinarmos sobre a inviabilidade do Projeto de Lei, e sim, uma melhor apresentação da Técnica Legislativa.

III. Nesses termos, *opina-se que seja diligenciado ao Executivo*, para que o mesmo verifique e ajuste a fonte de recurso para a cobertura do crédito adicional e altere a redação do art. 3º do PL, conforme consta no item II desta Orientação Técnica.

O IGAM permanece à disposição.

Tânia Cristine Henn Greiner
Contadora, CRC/RS 53.465
Consultora do IGAM